

Reformas são desafio

O principal desafio do Plano Real daqui para a frente será realizar as reformas fiscal e tributária. Esta foi a tônica das palestras feitas ontem no seminário *O Rio no Real*, realizado pela Associação Comercial do Rio, que contou com a participação de quatro ministros, Arlindo Porto, da Agricultura; Francisco Dornelles, da Indústria, do Comércio e do Turismo; Paulo Paiva, do Trabalho; e Pedro Malan, da Fazenda.

"O Real vai muito bem, obrigado. No curto e médio prazo será possível utilizar medidas administrativas para tocar o plano adiante. Mas no médio a longo prazos, necessitamos de reformas estruturais profundas", afirmou o ex-ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira.

Os números apresentados no seminário mostram os benefícios do plano. As vendas nos supermercados, por exemplo, cresceram 36% em dois anos. O ministro da Agricultura, Arlindo Porto, lembrou que o consumo de frango cresceu 17%.
Moedas — O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse que este mês o Banco Central (BC) começa a fazer uma pesquisa de opinião para determinar quais efígies serão estampadas nas novas moedas. "Queremos que o brasileiro tenha com o real o mesmo sentimento que o dólar desperta nos americanos e o marco nos alemães".

Malan comentou o relatório que o Banco Mundial (Bird) fez sobre o desempenho da economia brasileira em 1995, publicado pelo **JORNAL DO BRASIL** na semana passada. "Desde 1993 estamos falando que o déficit público é o nosso maior problema. Não precisamos de nenhum relatório internacional para saber disso".

Mas o ministro explicou que os números públicos serão melhores este ano. O déficit operacional (que leva em consideração o pagamento dos juros das dívidas interna e externa) cairá dos 5% do Produto Interno Bruto (PIB), registrados em 1995, para 2,5% este ano. A economia crescerá pelo menos 3% este ano e cerca de 5% em 1997, previu Malan.

O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, afirmou que a Medida Provisória (MP) relativa aos bancos estaduais privilegiará claramente os estados que decidirem privatizar suas instituições. Também serão incentivadas, porém com menos privilégios, as fusões de dois ou mais bancos de um mesmo estado.